

O Estado-nação na época da globalização

OCTAVIO IANNI

No século vinte, o Estado-nação alcança desenvolvimentos excepcionais, defronta-se com impasses radicais, descortina novas possibilidades de transformação, entra em crise de amplas proporções, revelando-se um processo histórico-social problemático. Em diferentes gradações, é o que se observa na história de todos os Estados nacionais, seja os que se encontram em formação, em busca de parâmetros mais ou menos consistentes, seja os que se apresentam como os mais consolidados.

Os Estados nacionais da América Latina e Caribe fazem parte dessa história, desse jogo de impasses, dessa busca de alternativas. Em todos os casos, trata-se de formular soluções nacionais, tendo em conta o jogo das forças sociais internas e externas, nacionalistas e imperialistas, capitalistas e socialistas.

Visto assim em perspectiva histórica ampla, o Estado-nação latino-americano e caribenho expressa, às vezes muito claramente, os desenvolvimentos excepcionais e os impasses radicais, compreendendo tanto novas e surpreendentes possibilidades de transformação como a emergência de crises de amplas proporções.

Desde logo, pois, cabe reconhecer que a nação, compreendendo sociedade civil e Estado, formas de sociabilidade e jogos de forças sociais, classes sociais e grupos sociais, pode ser vista como um processo histórico simultaneamente problemático, difícil, possível e errático.

Sim, no século vinte colocam-se em causa as condições e as possibilidades do Estado-nação, o que desafia indivíduos e coletividades, nações e nacionalidades.

No século vinte, o que predomina é o empenho de cada uma e todas as nações da América Latina e Caribe no sentido de formular, pôr em prática e desenvolver *projetos nacionais*, orientados de modo a concretizar e desenvolver a emancipação e a soberania nacionais. Em sua maioria, são projetos de capitalismo nacional, em diferentes versões. Alguns, no entanto, como os de Cuba, Nicarágua, Granada e Chile, são socialistas, também em diferentes versões.

A rigor, o século vinte está permeado e atravessado de guerras e revoluções, golpes e contragolpes, revoltas e quarteladas, muitas vezes envolvendo incur-

sões abertas ou encobertas dos imperialismos norte-americano, inglês, alemão e francês, sem esquecer incursões italianas, japonesas ou outras. São crises, rupturas, retrocessos e retomadas desenhando trajetórias erráticas, por suas implicações, realizações e ilusões político-econômicas e socioculturais; tendo-se em conta os jogos das forças sociais em âmbito interno e externo; compreendendo várias modalidades de projetos nacionais, ou nacionalismos, e imperialismos.

Nesse vasto e complicado cenário histórico que é o século vinte, os projetos nacionais não se formulam nem se põem em prática sem muitas negociações, lutas, conflitos, frustrações e realizações. Defrontam-se com os interesses e as tradições das oligarquias comprometidas com economias primárias exportadoras, empenhadas em manter o “modelo” agrário-comercial, as estruturas de poder estabelecidas às vezes desde a independência, os monopólios político-econômicos nos quais se incluem as agências governamentais. Também defrontam-se com os interesses dos imperialismos europeus, dentre os quais sobressai, para a América Latina e o Caribe, o inglês; e o imperialismo norte-americano. Todos empenhados em manter e desenvolver os fluxos das economias primárias exportadoras, sob um discurso político-econômico de estilo liberal.

Cabe reconhecer, no entanto, que alguns projetos nacionais alcançaram notáveis realizações. Iniciaram e desenvolveram a industrialização, a urbanização, a democratização do sistema de ensino, a reforma agrária e outras mudanças. Promoveram a interiorização de centros decisórios, através de medidas efetivas no âmbito da economia e finanças, bem como por meio de negociações diplomáticas e, também, exigências ou mesmo fatos consumados, em face de práticas colonialistas ou imperialistas.

Em poucas décadas, em alguns países realiza-se a transformação de economias primárias exportadoras, ou de enclaves, em economias baseadas na industrialização substitutiva de importações. Assim se efetiva toda uma ampla e às vezes profunda transformação das estruturas sociais, quando as heranças das estruturas coloniais, de castas, começaram a ser recobertas ou dissolvidas, já que as estruturas de classes adquirem maior dinamismo e tendem a generalizar-se pelas diferentes partes da sociedade.

*Professor emérito da USP e professor aposentado da Unicamp.

Essa é, em parte, a história do cardenismo oriundo da Revolução Mexicana iniciada em 1910; do varguismo formado a partir da “Revolução de 1930” no Brasil, quando o Estado oligárquico sofre uma séria derrota; do peronismo, com o qual se articulam e desenvolvem as alianças e as propostas do capitalismo nacional formuladas ao fim da Segunda Guerra Mundial. Esses e outros nacionalismos, inspirados em projetos de capitalismo nacional, tornam-se realidades políticas fundamentais na América Latina, desde os anos trinta. Em sua fase inicial, devido aos êxitos desses nacionalismos, a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) esteve bastante comprometida com a idéia e prática de capitalismo nacional.

Na maioria dos casos, os projetos nacionais são projetos de capitalismo nacional. Foram projetos apoiados em blocos de poder emergentes, combinando setores burgueses, de classes médias, operários, camponeses e intelectuais. Uma aliança de classes sociais, ou setores de classes, em formação ou em fase de amadurecimento, em luta por transformações socioculturais e político-econômicas mais ou menos frontalmente antiimperialistas, em busca de novas perspectivas e afirmações de soberania, conquistas sociais, democratização.

Em larga medida, os projetos nacionais de cunho socialista emergem no mesmo clima histórico-social, apoiados em jogos de forças sociais nos quais predominam setores populares, bem como compromissos e práticas políticas mais radicais. Mais radicais em termos de planejamento econômico-social orientado a partir do poder estatal, redistribuição mais ampla dos produtos do trabalho coletivo, antiimperialismo e luta contra os aliados internos do imperialismo. Em termos diversos, mas nessa direção, é o que se define como castrismo, allendismo e sandinismo, enquanto projetos socialistas que alcançam o poder nacional. São também diversos os movimentos socialistas que participam ativamente do debate sobre as diretrizes nacionais, colaborando na fermentação de alternativas, a despeito de não alcançarem o poder nacional.

Vistos em perspectiva histórica ampla, os projetos de *capitalismo nacional* e *socialismo nacional* sofrem graves distorções, sendo que alguns são literalmente derrotados e destruídos, devido à contra-revolução mundial orquestrada pelos governantes dos Estados Unidos, da Europa Ocidental e do Japão, no âmbito da Guerra Fria iniciada em 1946 e terminada em 1989, com a queda do Muro de Berlim. A “diplomacia total” formulada e posta em prática principalmente pelos

governantes norte-americanos bloqueia, distorce, mutila ou destrói projetos nacionais em todo o mundo, incluindo-se aí os que se exercitaram na América Latina e Caribe.

Cabe lembrar, nesse ponto, que a Guerra Fria, orquestrada pela diplomacia total formulada e posta em prática pelos governantes dos Estados Unidos, desenvolveu-se também como uma contra-revolução mundial. Bloqueou, mutilou e destruiu experimentos políticos nacionais em todo o mundo; sempre contando com a passividade e cumplicidade de setores sociais “nativos”, em geral beneficiários de alianças ou negócios com o imperialismo. Também as nações da América Latina e Caribe, individual e coletivamente, foram atingidas pela contra-revolução desenvolvida por dentro da Guerra Fria. Desestabilizaram-se governos, incentivaram-se violências de todos os tipos, formaram-se esquadrões paramilitares clandestinos para ações do terrorismo de Estado, organizaram-se operações interamericanas para assassinato de lideranças políticas, satanizaram-se partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais e correntes de opinião pública; além de muitas outras ações abertas ou encobertas de cunho nazi-fascista, combinando recursos materiais, organizatórios e profissionais das agências governamentais ou paragovernamentais norte-americanas. O que estava em causa era o comunismo, o marxismo-leninismo, a civilização ocidental cristã, a revolução social, a influência soviética, a perda de fontes de matérias-primas, a perda de mercados, a geoeconomia, a geopolítica.¹

Durante a Guerra Fria, a América Latina e o Caribe, tanto quanto a África, Ásia e Oceania, sem esquecer a própria Europa Ocidental e os próprios Estados Unidos, pagaram um altíssimo preço, devido ao modo pelo qual principalmente os governantes norte-americanos conduziram a sua diplomacia total.

Nunca Más: Em nome da segurança nacional, milhares e milhares de seres humanos, geralmente jovens e até adolescentes, passaram a integrar a categoria tétrica e fantasmagórica: a dos Desaparecidos [...] Levados pela força, deixaram de ter presença civil... No que se refere à sociedade, ia enraizando-se a idéia da desproteção, o obscuro temor de que qualquer um, por inocente que fosse, poderia cair naquela infinita caça às bruxas, apoderando-se de uns o medo aterrador e de outros uma tendência consciente ou inconsciente a justificar o horror: “Por algum motivo será”, murmurava-se em voz baixa, como querendo assim propiciar aos terríveis e inescrutáveis deuses, olhando como empestados os filhos ou pais do desaparecido [...] O delírio semântico, encabeçado por qualificações tais como “marxismo-leninismo”,

“apátridas”, “materialistas e ateus”, “inimigos dos valores ocidentais e cristãos”, tudo era possível: desde gente que favorecia uma revolução social até adolescentes sensíveis que iam às favelas para ajudar seus moradores. Todos caíam na rede [...]. Contam-se por milhares as vítimas que jamais tiveram qualquer vínculo com tais atividades e foram, no entanto, objeto de horrendo suplício, por sua oposição à ditadura militar, por sua participação em lutas sindicais ou estudantis, por se tratar de reconhecidos intelectuais que questionaram o terrorismo de Estado, ou simplesmente por vínculos familiares, de amizade; ou por estarem mencionados na agenda de alguém considerado subversivo.²

Quando termina a Guerra Fria, com a dissolução do bloco soviético, intensifica-se e estende-se o desenvolvimento do capitalismo. As nações que haviam experimentado projetos socialistas transformam-se em espaços do mercado mundial, no qual predominam as empresas, corporações e conglomerados transnacionais. Está em curso um novo ciclo de globalização do capitalismo, que atinge mais ou menos drasticamente tanto a América Latina e o Caribe como a Ásia, África e Europa Central e Oriental. Inclusive a Europa Ocidental, o Japão e os Estados Unidos são envolvidos nos processos e estruturas deflagrados com a globalização do capitalismo desenvolvida por dentro da Guerra Fria e acelerada com a transformação do mundo socialista em uma vasta fronteira de desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo.

Esse é o cenário histórico ou, mais propriamente, geo-histórico, no qual o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (Bird) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), bem como as corporações transnacionais pressionam Estados nacionais a promoverem reformas políticas, econômicas e socio-culturais, envolvendo amplamente instituições jurídico-políticas, destinadas a favorecer a dinâmica das forças produtivas e relações capitalistas de produção. Esse o clima em que a reforma do Estado se torna a palavra de ordem predominante em todo o mundo.

São diversas, diferentes e insistentes as pressões externas e internas destinadas a provocar a reestruturação do Estado. Trata-se de promover a desestatização e desregulação da economia nacional; simultaneamente, promover a privatização de empresas produtivas estatais e dos sistemas de saúde, educação e previdência. Além disso, abrem-se os mercados, facilitam-se as negociações e associações de corporações transnacionais com empresas nacionais. Muitas conquistas sociais de diferentes categorias operárias e outros assalaria-

dos já foram ou estão sendo redefinidas, reduzidas ou mesmo eliminadas, sempre a partir de palavras de ordem tais como “mercado”, “produtividade”, “competitividade”; com graves prejuízos para os que são obrigados a vender a sua força de trabalho para viver ou sobreviver.

Na maioria dos casos, os projetos nacionais são projetos de capitalismo nacional. Foram projetos apoiados em blocos de poder emergentes, combinando setores burgueses, de classes médias, operários, camponeses e intelectuais.

O que está em causa, na base da política de reestruturação do Estado, destinada a criar o Estado mínimo e decretar a formação de “mercados emergentes”, é a destruição de projetos de capitalismo nacional e de socialismo nacional; bem como a transformação dessas nações em províncias do capitalismo global. Em lugar do projeto nacional, capitalista ou socialista, o projeto de capitalismo transnacional, transnacionalizado, administrado desde o alto e desde fora.³

Sim, a nação se transforma em mera província do capitalismo mundial, sem condições de realizar sua soberania e, simultaneamente, sem que os setores sociais subalternos possam almejar a construção de hegemonias alternativas. Um Estado-nação em crise, amplamente determinado pelo jogo das forças produtivas predominantes em escala mundial, dispõe de escassas ou nulas condições para manifestar ou conquistar soberania. Nesse Estado-nação, as classes e os grupos sociais subalternos terão de criar e desenvolver outras e novas formas de organização, conscientização e luta, para formular e pôr em prática hegemonias alternativas.

Sem esquecer que grande parte da vida política, em âmbito local, nacional, regional e mundial, é dominada ou induzida pela mídia, isto é, pelas corporações da mídia, em geral controladas por grupos e blocos de poder predominantes em escala mundial.⁴

Esse o contexto em que se verifica uma *crescente e generalizada dissociação entre o Estado e a sociedade*

civil. Amplos setores da sociedade civil, compreendendo classes e grupos sociais, são alijados, barrados, esquecidos ou desafiados a se situarem e se moverem apenas ou principalmente nos espaços do mercado. Na medida em que o privatismo e o economicismo predominam mais ou menos absolutos não só na economia e finanças, mas também na educação, saúde, habitação, transporte, relações de trabalho e previdência, fica evidente que grande parte do que se pode denominar de sociedade civil é desafiada a sobreviver, organizar-se e conscientizar-se elaborando novos meios de luta para influenciar ou conquistar o poder.⁵

Ocorre que o metabolismo Estado e sociedade civil, que se havia criado e desenvolvido com a criação e o desenvolvimento de projetos nacionais, esse metabolismo se rompe, mutila ou simplesmente esfacela, com a adoção de projetos de capitalismo transnacionalizado, fortemente determinados pelos processos e as estruturas predominantes no capitalismo global. Daí a dissociação Estado e sociedade civil, uma anomalia com sérias implicações práticas e teóricas.

A dissociação entre Estado e sociedade civil, conforme ocorre sob o neoliberalismo, torna o Estado muito mais comprometido com tudo o que é transnacional, mundial ou propriamente global, reduzindo-se o seu compromisso com as inquietações, reivindicações ou tendências dominantes na sociedade civil. Amplos setores da sociedade civil são desafiados a se situarem na lógica de um mercado, ou de mercados, nos quais a força e o domínio das corporações transnacionais dificultam ou simplesmente anulam a capacidade de negociação de diferentes categorias de assalariados. Simultaneamente, os partidos políticos, os sindicatos e os movimentos sociais das classes e grupos sociais subalternos são colocados em desvantagem, por sua reduzida capacidade de mobilizar recursos materiais e organizatórios para movimentar as reivindicações de amplos setores da sociedade. Sem esquecer que a mídia, isto é, as corporações da mídia transnacional e transnacionalizada predominam no debate, equacionamento, decisão e implementação de grande parte do que se refere à política; isto é, assuntos relativos à soberania e à hegemonia, passando por democracia e cidadania. Assim, enquanto a maioria da sociedade civil sente-se, define-se e atua enquanto nacional, o Estado é levado a comprometer-se a atuar em termos das injunções do que é transnacional. Sim, sob o neoliberalismo, quando se dá a dissociação entre o Estado e a sociedade civil, o Estado adquire todas as características de um aparelho administrativo das classes e grupos dominantes, ou dos blocos de poder predominantes

em escala mundial. Trata-se de um Estado comprometido principalmente com a abertura e a fluência dos “fatores de produção” nos mercados, tendo em conta os dinamismos do capital produtivo e especulativo, bem como das tecnologias eletrônicas, informáticas e cibernéticas, além dos movimentos do mercado de força de trabalho; tudo isso conforme as sugestões, injunções ou imposições das corporações transnacionais, em geral secundadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (Bird), Organização Mundial do Comércio (OMC), Grupo dos 7, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e outras organizações empenhadas em favorecer a dinâmica dos “fatores da produção”; com escassa ou nula atenção por suas implicações ou custos sociais.

O que está em causa, na base da política de reestruturação do Estado, destinada a criar o Estado mínimo e decretar a formação de “mercados emergentes”, é a destruição de projetos de capitalismo nacional e de socialismo nacional; bem como a transformação dessas nações em províncias do capitalismo global.

Esse processo de dissociação é evidente nos países da América Latina e Caribe, revelando-se mais ou menos acentuado em países da África, Ásia, Europa Central e Europa de Leste; é também evidente na Europa Ocidental e na América do Norte, compreendendo os Estados Unidos e o Canadá. É claro que a dissociação, a rearticulação, o desencontro e muitas vezes o confronto entre a maior parte da sociedade civil e as tendências predominantes no Estado não se revelam semelhantemente em todas as partes. Em muitos, o problema logo fica evidente no que se refere à indiferença ou incapacidade do Estado de fazer face ao desemprego estrutural e ao agravamento da questão social. Em outros, e esse é o caso dos Estados Unidos, o problema logo fica evidente pelo desinteresse crescente de amplos setores da população pela política e

pelo processo eleitoral, o que se concretiza na altíssima abstenção dos eleitores. Sem esquecer que nos Estados Unidos, assim como em outras nações do Grupo dos 7, muitos, imigrantes de todos os tipos, são barrados pela xenofobia, etnicismo, racismo e fundamentalismo.

Sim, também na América Latina e Caribe são muitos os que não são aceitos, ou são apenas tolerados, o que coloca negros, mulatos, índios, crioulos, cholos e outros na condição de “outros”, “diferentes”, “não integrados”.⁶

A rigor, o Estado-nação sempre foi e continua a ser uma realidade problemática, atravessada por processos de integração e dissociação, desenvolvimento e distorção, acomodação e fragmentação. A questão nacional continua a desafiar indivíduos e coletividades, em termos práticos e teóricos. São poucas as nações, e em momentos nem sempre duradouros, que alcançaram ou alcançam razoável integração entre a sociedade civil e o Estado. Na maioria dos casos, subsistem tensões, antagonismos e contradições muitas vezes profundos, umas vezes no âmbito de regimes democráticos e, na maioria dos casos, em regimes autoritários, tirânicos ou nazifascistas. As longas e famosas tiranias que atravessam a história da América Latina e Caribe comprovam uma história de dissociações reiteradas e demoradas, oligárquicas, populistas, militaristas ou outras; em geral alimentadas, apoiadas ou mesmo criadas pela combinação de imperialismos com os seus aliados nativos.

Talvez se possa afirmar que a dissociação Estado e sociedade civil seja algo congênito, algo inerente à questão nacional, já que a nação sempre foi, e continua a ser, um processo histórico-social problemático. A novidade, na época da globalização do capitalismo, quando o neoliberalismo se torna a prática e ideologia predominante em escala mundial, é que essa dissociação adquire profundidade e extensão sem precedentes, transformando amplos setores da sociedade civil em deserdados, não só de condições e possibilidades de soberanias e hegemônias, mas também de bases sociais indispensáveis à sobrevivência.

Nessa situação, indivíduos e coletividade, compreendendo grupos e classes sociais, etnias e gêneros, são desafiados a criar ou recriar movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos, bem como formular novas interpretações e novos meios de conscientização e atuação, para fazer com que a sociedade civil caminhe no sentido de influenciar, conquistar ou educar duramente o poder estatal. Para isso, pode ser indispensável

que as classes e os grupos sociais subalternos de diferentes países, próximos e distantes, se associem, organizem, conscientizem. Trata-se de somar e multiplicar experiências e vivências, organizações e conscientizações, reivindicações e lutas, de modo a fortalecer e dinamizar a globalização desde baixo.⁷

Sob o neoliberalismo, quando
se dá a dissociação entre o
Estado e a sociedade civil, o
Estado adquire todas as
características de um aparelho
administrativo das classes e
grupos dominantes, ou dos
blocos de poder
predominantes em escala
mundial.

Esse pode ser o principal desafio com o qual se defrontam os povos latino-americanos e caribenhos: *trata-se de desenvolver a globalização desde baixo, como proposta e realização das classes e grupos sociais subalternos*. Diante dos elevadíssimos custos sociais, econômicos, políticos e culturais que a *globalização pelo alto* está provocando, em todo o mundo, cabe desenvolver e generalizar as reivindicações e as propostas alternativas de trabalhadores de todas as categorias. Esses podem ser os parâmetros principais do novo palco da história, vista como história da sociedade mundial em formação.

Cabe, pois, buscar alguma clareza, ou pelo menos mais clareza, sobre quais podem ser as novas características desse novo palco da história. Os indivíduos e as coletividades, tanto quanto as nações e as nacionalidades, poderão compreender e agir de forma mais ou menos adequada, quanto melhor conhecerem as condições e as possibilidades em desenvolvimento nesse palco de envergadura simultaneamente nacional, regional e mundial.

Primeiro, é indispensável reconhecer que a globalização é um processo político-econômico, sociocultural e geo-histórico que adquiriu excepcional dinamismo durante a Guerra Fria e intensificou-se ainda mais com a queda do Muro de Berlim, a fragmentação do bloco soviético e a transformação das nações do ex-mundo

socialista em fronteiras de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório.

Segundo, cabe reconhecer que o Estado-nação “mudou de lugar”, já que se forma um novo mapa do mundo, no qual as corporações transnacionais, secundadas pelo Grupo dos 7, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (Bird) e Organização Mundial do Comércio (OMC), provocam e exigem a “Reforma do Estado” e a abertura de “mercados emergentes”; compreendendo a desestatização, desregulação e privatização; envolvendo inclusive a transformação das áreas de saúde, previdência, legislação trabalhista e educação em setores de inversões de capital privado nacional, regional e transnacional. *Está em curso a satanização e destruição de projetos nacionais, capitalistas e socialistas, bem como a simultânea instauração de projetos de transnacionalização, o que transforma a “economia nacional” em província do capitalismo global.* É claro que assim se criam sérios desafios ao exercício da *soberania nacional* e às condições de construção de *hegemonias alternativas*.

Terceiro, pode ser ilusório, ou mesmo totalmente ilusório, acreditar que a *integração regional, a regionalização ou o regionalismo* acomodam as tensões e os impasses criados entre as pressões exercidas pela globalização, por um lado, e os interesses que organizam a economia e a sociedade no Estado-nação, por outro. É evidente que os projetos de integração regional, tais como a União Européia (UE), o Mercosul, o Nafta, a Comunidade de Estados Independentes (CEI) e a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Apec), entre outros, são operações comandadas principalmente por corporações transnacionais, como apoio do FMI, Bird, OMC, G-7 e OCDE. Apenas parcialmente os governos nacionais aparecem como atores relevantes; sendo que os setores sociais subalternos ou assalariados, mas não participantes das estruturas dominantes de poder, são marginalizados ou simplesmente esquecidos. Sendo assim, é escassa ou mesmo nula a possibilidade de que a integração regional possa representar alternativa original às injunções sociais, econômicas, políticas e culturais da globalização do capitalismo, isto é, pelo alto.

Quarto, trata-se, pois, de reconhecer que as classes e os grupos sociais subalternos estão situados em um novo, diferente e difícil palco da história. A nova configuração histórico-social constituída com o globalismo está dominada por classes e grupos sociais, ou blocos de poder, que atuam simultaneamente em âm-

bito local, nacional, regional e mundial. Diante dessa realidade nova, complexa e mais ou menos avassaladora, cabe às classes e aos grupos sociais subalternos conhecer quais são as reais características e dinâmicas que constituem e movimentam a globalização do capitalismo, como processo civilizatório e modo de produção. O conhecimento da anatomia da sociedade mundial, compreendendo sua economia, política e cultura, bem como os jogos das forças sociais que aí atuam, predominam e digladiam, pode ser indispensável para que os subalternos possam *formular, construir e pôr em prática hegemonias alternativas*. O modo pelo qual se organizam e reorganizam os partidos políticos, os sindicatos, os movimentos sociais e as correntes de opinião pública, por meio dos quais as classes e os grupos subalternos podem manifestar-se, depende muito do modo pelo qual se interpreta a anatomia e a dinâmica da globalização. *Daí pode surgir um novo tipo de internacionalismo, transnacionalismo ou globalismo das classes e grupos sociais que pagam altíssimo preço pela globalização do capitalismo*, articulada por estruturas ou blocos mundiais de poder. Todas as reivindicações e as propostas alternativas, com raízes locais, nacionais e regionais, podem fortalecer-se e multiplicar-se quando se reconhece que possuem também raízes internacionais, transnacionais ou propriamente globais.

Quinto, tendo-se em conta esse novo, complicado e difícil palco da história, cabe às classes e aos grupos sociais subalternos da América Latina e Caribe aperfeiçoarem as suas interpretações das condições e possibilidades com as quais se defrontam indivíduos e coletividades, nações e nacionalidades. É a partir do reconhecimento de quais são as reais condições e possíveis alternativas constituídas nesse novo palco da história que os diversos setores sociais mais sacrificados com a globalização em curso podem organizar, desenvolver e aprimorar novas propostas e práticas alternativas, em âmbito continental e caribenho. Sem esquecer que *há aliados reais e potenciais, não só em outras nações e regiões do que já foi denominado de terceiro e quarto mundos, mas também no interior de nações e regiões do que já foi denominado de segundo e, também, primeiro mundos.*

Em síntese, este pode ser o desafio principal: trata-se de combater a *globalização pelo alto*, que se acha em franco desenvolvimento no fim do século vinte, organizando e desenvolvendo a *globalização desde baixo*, com a qual se pode anunciar um século vinte e um com o qual se possa reconhecer que assim começa realmente um novo ciclo da história da humanidade.



NOTAS

- 1 Martin Walker, *The Cold War and the Making of the Modern World* (Londres: Vintage, 1994); Richard J. Barnett, *Intervention and Revolution (America's Confrontation with Insurgent Movements Around the World)* (Nova York: Meridian Books, 1968); Pablo González Casanova, *Imperialismo y liberación en América Latina* (México: Siglo Veintiuno Editores, 1978); Agustín Cueva, *El desarrollo del capitalismo en América Latina* (México: Siglo Veintiuno Editores, 1979).
- 2 *Nunca Más*, Informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (8a. ed., Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1985).
- 3 Alfredo Guerra-Borges (coord.), *Nuevo orden mundial: reto para la inserción de América Latina* (México: Instituto de Investigaciones Económicas, Unam, 1994); Cuadernos Arcis-Lom, *Globalización, modernización y equidad en América Latina* (Santiago, 1997).
- 4 Stefano Rodotà, *Tecnopolítica* (Roma-Bari: Editori Laterza, 1997).
- 5 Octavio Ianni, *A era do globalismo* (Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1997); Jeremy Brecher, John Brown Childs and Jill Cutler (Editores) *Global Visions (Beyond the New World Order)* (Boston: South End Press, 1993); Doctors Without Borders, *World in Crisis (The Politics of Survival at the End of the Twentieth Century)* (Londres: Routledge, 1997)
- 6 José María Arguedas, *Formación de una cultura nacional indoamericana*, selección e prólogo de Angel Rama (México: Siglo Veintiuno Editores, 1977); José Alcina Franch (Org.), *Indianismo e indigenismo* (Madrid: Alianza Editorial, 1990); Magnus Morner, *Race Mixture in the History of Latin America* (Boston, Little Brown and Co., 1967); Roger Bastide, *As Américas negras*, trad. de Eduardo de Oliveira e Oliveira (São Paulo: Difel, 1974).
- 7 Pablo González Casanova, *O colonialismo global e a democracia* (Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1995); Pablo González Casanova e John Saxe-Fernández (Coordenadores), *El mundo actual; Situación y alternativas* (México, Siglo Veintiuno Editores, 1996); Néstor García Canolini (Coordinación), *Culturas en globalización* (Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1996); Gerónimo de Sierra (Coordinación), *Democracia emergente en America del Sur* (México: Unam, 1994); Tomas Moulian, *Chile actual: anatomía de un mito* (Santiago: Lom-Arcis, 1998).